

A profissão e o ensino face à normalização contabilística

Por Luís Lima Santos

Como bem ficou demonstrado no IX Prolatino e nas conferências organizadas pela CTOC, os profissionais estão obrigados a adaptar-se às constantes mudanças: além dos conhecimentos em Contabilidade e Fiscalidade devem dominar as tecnologias da informação e da comunicação e a língua inglesa.



Luís Lima Santos
Professor adjunto do Instituto
Politécnico de Leiria
TOC n.º 399

O tema em análise está na ordem do dia e parece ser motivo de preocupação, quer para os profissionais e empresários quer para os professores e estudantes de Contabilidade.

Justas ou não, as preocupações revelam dois posicionamentos distintos: um, o do mundo global (mercados de capitais) em perfeita sintonia e com razões para acreditar que esta solução

da adopção generalizada das IFRS é a melhor; outro, o do mundo local (países com traços de identidade geográfica, socioeconómica, cultural, ou outra) no qual se verificam intranquilidades relativamente às referidas normas.

Nos últimos tempos tive o privilégio de confirmar, na primeira pessoa, a opinião de ilustres personalidades da Contabilidade do mundo latino, nomeadamente no IX Prolatino e no ciclo de conferências promovido pela CTOC.

António Lopes de Sá, um dos grandes nomes da Contabilidade mundial, contesta justificadamente as normas internacionais de *relato financeiro* (italico meu; note-se que já não são consideradas «de contabilidade»). Com efeito, este nosso Mestre é de opinião que as IFRS não assumem o compromisso com os conceitos da ciência contabilística, privilegiando as grandes multinacionais de auditoria e os interesses especulativos da bolsa. Considera a estrutura conceptual do IASB «um desastre, um acto de falta de cultura (...); o domínio das nações faz-se através da informação, que é uma espécie de poder (...); chegou a vez de a informação contabilística ficar na posse de quem manda no mundo (...); as IFRS são um princípio de desobediência civil porque estão acima das leis dos diversos países.»

Acrescentou que, estudando a normalização desde os anos 60, não está contra a organização de ideias, «o pior é que as normas viraram ob-

jectos de fraude, fabricadas para iludir (...); com estas normas, desprovidas de ciência, não se resolvem os problemas das empresas». Por outro lado, entende que o «problema das normas chega a ser hilariante; veja-se o que se passa com as traduções. Chega-se ao ridículo de dizer que activo é recurso, só porque a palavra inglesa é *resource* (...) uma heresia do ponto de vista da ciência» e que «estas normas querem apenas a manipulação do lucro e do prejuízo em função das conveniências (...); porque os profissionais são obrigados a errar, mais tarde ou mais cedo, serão responsabilizados por fraudes!»

António Lopes de Sá definiu a situação actual como uma disputa entre latinos e anglo-saxónicos, na qual os últimos estão a levar a melhor: «As normas são impostas sem contraditório e por pessoas que desconhecemos como são eleitas. O lado pragmático das normas está a vencer o lado científico.» Todavia, acredita que «os latinos e a sua intelectualidade não se devem submeter a ninguém. Temos condições para reagir. Veja-se o exemplo de Espanha, onde recentemente foi vetada a norma n.º 37» até porque «os anglo-saxónicos são muito fracos em ciência contabilística.» Convicto que «consenso não é ciência» e que o consenso que alegadamente existe sobre esta matéria é falso, ilustrou a forma de pensamento que subjaz à criação das NIRF evocando de forma incisiva Albert Einstein: «As normas transformam o homem em máquina, monopolizam a informação; é o que está a acontecer»; Buda: «Nunca aceites uma coisa apenas porque ela é dita por muita gente»; Franceso Villá: «A Contabilidade está muito além das suas contas por ser uma ciência»; Platão: «A democracia é um sistema onde o povo pensa que manda e quem manda não pensa no povo»; Leonardo da Vinci: «Onde falta a ciência, falta a verdade».

Rogério Fernandes Ferreira lamentou «a ausência de discussão crítica em redor das NIRF. É pena, porque há muito coisa que não está bem; temos assistido apenas a uma explanação de nomes e a comentários informativos... nada mais».

Nesta linha de orientação, Domingos Cravo questiona se «devem as normas ser globais» e afirma que «é cómodo que as normas sejam globais, especialmente para as multinacionais». No entanto, entende que não podem ser globais, «porque precisam de reflectir a situação e o ambiente que envolve as empresas e os fenómenos económico-financeiros que as rodeiam». Este investigador, que admitiu a hipótese de os governos poderem, em breve, ser obrigados a tomar medidas sobre esta matéria, também rejeitou que se ganhe comparabilidade com as normas, visto que o ambiente jurídico, fiscal e económico é omisso: «A nossa cultura contabilística é distinta de todas as outras, o que tem consequências na aplicação; o ambiente fiscal e contabilístico de cada país devia prevalecer, mas a globalização está aí, imparável... não vale a pena pensar que o processo das NIRF vai ter marcha-atrás.»

Domingos Cravo vai mais longe, afirmando que «muitos, e alguns muito conhecidos, beneficiam fortemente com este percurso das normas. São entidades muito mais preocupadas com a “sua” economia do que com a Economia. As NIRF foram desenhadas, em primeiro lugar, para satisfazer interesses e mercados de capitais globais. As normas não são neutras e induzem resultados económicos», concluiu.

Também Leonor Fernandes Ferreira sublinhou um pormenor aparentemente irrelevante em Portugal – o facto do endereço da página electrónica da Comissão de Normalização Contabilística estar inserido no sítio do Ministério das Finanças – para ilustrar a profunda relação existente entre a Contabilidade e a Fiscalidade. Considera mesmo que «a fiscalidade foi essencial para desenhar a contabilidade das empresas portuguesas». Esta investigadora chamou a atenção para a diferença que existe nas características entre os países de influência continental e os de influência anglo-saxónica. O que distingue uns e outros?

- Para os países de influência continental, entre outros aspectos, as normas são «muito pormenorizadas, de aplicação obrigatória, elaboradas por comissões dependentes do Governo e coincidentes com as normas fiscais»; por outro lado,

as empresas recorrem sobretudo ao «financiamento através do sector bancário, existe o predomínio de pequenas empresas familiares e o Estado é o principal utilizador da informação».

- Para os países de influência anglo-saxónica, «as normas são pouco detalhadas, de aplicação facultativa, emitidas por organizações profissionais privadas e são independentes das normas fiscais»; no que respeita às empresas existe o «predomínio de grandes sociedades anónimas, o financiamento é feito essencialmente através dos mercados de capitais e os accionistas são os principais utilizadores da informação».

Leonor Fernandes Ferreira entende que não restam dúvidas sobre o esbater da influência latina em detrimento do avanço das ideias anglo-saxónicas.

Estas doudas opiniões deixam perceber que o profissional de contabilidade está obrigado a adaptar-se às constantes mudanças, independentemente da sua validade científica; o grau de exigência associado ao perfil do profissional é cada vez maior: além dos conhecimentos de Contabilidade e Fiscalidade, entre outros, devem dominar as tecnologias da informação e da comunicação e a língua inglesa.

Quanto à pertinência do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em discussão só (itálico meu) até ao final de Julho, resta o consolo de permitir uma fácil transição vertical sempre que ocorram alterações na dimensão das entidades que impliquem maior ou menor exigência na preparação e apresentação da «informação contabilística» (prefiro esta à expressão «relato financeiro»).

Não devemos ignorar que a organização da profissão mudou muito na última década; a acção da CTOC impôs uma dinâmica social indispensável. Da actuação dos profissionais de contabilidade, revestida de interesse público, a sociedade espera que a informação por eles preparada permita orientar as decisões dos empresários. Por sua vez, o sucesso das empresas proporciona a riqueza da nação e, neste particular, cabe aos profissionais de contabilidade um contributo para o bem-estar social».

Em rigor, tal como o António Lopes de Sá, acredito que só a ciência tem condições para oferecer aos profissionais de contabilidade a tão necessária credibilidade. ■

(Texto recebido pela CTOC em Junho de 2008)